

Relatório

Registo de descrição

Data relatório

2024-06-28

Registo

PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/002018 - Carta de Ambrósio Joaquim dos Reis

| | |
|--|--|
| Nível de descrição | D |
| Código de referência | PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/002018 |
| Tipo de título | Atribuído |
| Título | Carta de Ambrósio Joaquim dos Reis |
| Datas de produção | 1814.11.22 - 1814.11.22 |
| Dimensão e suporte | 8 pp.; 200 mm x 318 mm |
| Entidade detentora | Arquivo Distrital de Braga |
| Âmbito e conteúdo | <p>Como António de Araújo já deverá ter conhecimento de que os Plenipotenciários portugueses já foram admitidos ao Congresso e que as primeiras sessões já tiveram lugar. Limita-se a fazer algumas reflexões sobre o prospecto das negociações em geral e quais aquelas que lhe parecem dever ser as operações futuras para remediar erros passados e promover a monarquia lusa. As quatro grandes potências, Rússia, Prússia, áustria e Alemanha, "conciliabulo ou conclave das verdadeiras negociações", estão ocupadas a ajustar entre si os seus próprios interesses, não se interessando no Congresso em favor das outras potências. Pretendem excluir a França com base num artigo secreto do Tratado de Paris. A França chama a si a missão de proteger os fracos que as outras nações pretendem despojar das ditas partilhas. Interesse das grandes potências em dissolver o Congresso o mais rápido possível para regularizar as suas finanças através da dissolução dos grandes exércitos que conservam. Prevê que não se entendam nas partilhas ficando os territórios tal e qual já estão determinados. Aconselha a que a legação portuguesa imprima no Congresso uma reforma das relações políticas e comerciais com as grandes potências, nomeadamente com a Rússia e a Áustria, desencadeando um processo que permitiria a Portugal demarcar-se da independência inglesa. Sendo que os ministros portugueses enviados ao Congresso são os que estão destinados a residirem na Rússia, Áustria, Inglaterra, deverão nessas residências prosseguir com as negociações iniciadas no Congresso. Refere-se às restituições e aquisições territoriais a que Portugal tem direito. Aconselha a preservar a independência financeira da Coroa portuguesa, substituindo os ruinosos subsídios e empréstimos estrangeiros por sábias reformas em vários ramos da administração interna e externa para aumentar as rendas do Estado. Defende uma judiciosa e activa direcção das nossas relações exteriores; fomentar a indústria, comércio e navegações nacionais. Remeterá em anexo de uma outra carta um plano de trabalhos sobre estes assuntos contendo três pontos essenciais: 1.º Crítica ao Tratado de 1810 com a Grã-Bretanha, que foi tão lesivo a Portugal e para evitar futuras situações semelhantes, propõe o envio regular de informações e observações sobre as potências com quem Portugal vier a negociar contratos; 2.º organização das missões estrangeiras e consulados e sua sincronização como Ministério; 3.º promover uma inspecção sobre as diversas repartições públicas e evitar que façam somente trabalho de rotina ou de expediente.</p> |
| Cota atual | B-15(1, 18) |
| Idioma e escrita | POR (Português) |
| Características físicas e requisitos técnicos | Boa conservação [restaurada] |